

O drama e as carências dos órfãos do feminicídio no DF

Acolhimento aos órfãos do feminicídio

Desde que o crime passou a ser uma qualificadora de homicídio, em 2015, até julho deste ano, 320 filhos ficaram sem as mães por causa dessa barbárie no DF. Especialistas apontam que, além do financeiro, os cuidados devem ser psicológicos e emocionais

ARTHUR DE SOUZA

Para além da mulher assassinada, o feminicídio detra outras vítimas que, por muitas vezes, ficam com as marcas do crime pelo resto da vida. De acordo com dados do Relatório de Monitoramento dos Feminicídios no Distrito Federal, da Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), desde a criação da lei que coloca o crime como uma qualificadora do homicídio, até julho de 2023, foram 170 vítimas da barbárie — 24 somente neste ano — que deixaram um total de 320 órfãos.

Desses, a maioria (203) são menores de idade (veja **Desamparados**). Na última quarta-feira, o governo do DF anunciou um projeto de lei à Câmara Legislativa (CLDF) que estabelece medidas de assistência financeira, em caráter temporário, aos órfãos de feminicídio. O auxílio será de até um salário mínimo (R\$ 1.320) por criança ou adolescente, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Para o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, o apoio aos órfãos do feminicídio é mais uma importante medida do GDE no contexto do enfrentamento à violência doméstica.

“Esses jovens que passaram por essa situação, perdem a convivência de forma repentina com a mãe que, infelizmente, é vítima, e do pai, que na maioria parte dos casos é preso ou tira a própria vida, após cometer o crime”, destaca. “Há, portanto, a necessidade de um apoio para que esses jovens e famílias possam reconstituir suas vidas e superar os traumas adquiridos”, ressalta Avelar.

Para ter acesso ao benefício, é preciso cumprir alguns critérios, como ter idade entre 0 e 6 anos — 37% — e até 17 anos — 42% —, ser menor de 18 anos ou estar em situação de vulnerabilidade até aos 18 anos, residir no DF por no mínimo dois anos e comprovar estar em situação de vulnerabilidade econômica. Não há em que o projeto foi entregue à CLDF, o governador Ibaneis Rocha (MDB) disse que a medida é importante para o fortalecimento da rede de apoio ofertada pelo GDE.

“Trabalhamos nesse projeto de lei desde a força-tarefa de combate ao feminicídio, lançada no início do ano, e agora encaminhamos para que a Câmara Legislativa vote em regime de urgência. Tenho certeza que os nossos deputados vão apreciar o projeto e quanto antes para que possamos estabelecer essa medida”, comentou. “Nosso governo vai trabalhar e apoiar cada iniciativa que busque amparar as famílias atingidas com esse crime contra as mulheres”, acrescenta Ibaneis.

Além do auxílio, o governo do Distrito Federal afirmou que vai promover novas ações de sensibilização, divulgação e orientação à população sobre a importância do combate ao feminicídio. Parcerias com entidades públicas e privadas também fazem parte do programa, como medida para ampliar a rede de apoio e oferecer eventuais oportunidades de capacitação profissional. A despeito do programa vai sair do orçamento da Secretaria da Mulher.

Além do financeiro

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar da CLDF, o deputado industrial Fábio Félix (PSD) diz ter ficado feliz de ver a norma, em forma de projeto de lei, encaminhada ao legislativo. “Além do auxílio financeiro, essas crianças e adolescentes, devastados pela perda irremediável de suas mães, precisam de auxílio jurídico, psicológico e de acolhimento. Batallhamos muito pela regulamentação da lei, agora, seguimos trabalhando a efetividade das políticas públicas previstas nela”, afirma Félix.

De acordo com o distrital, os impactos causados pela perda da mãe e do pai,



Ajude!

- Ofereça suporte emocional — Esteja presente para ouvir e acolher os sentimentos e emoções dos órfãos. Permita que eles expressem sua tristeza, raiva, confusão e qualquer outra emoção que estejam vivenciando. Mostre empatia e valide seus sentimentos, demonstrando que você está lá para apoiá-los.
Garanta um ambiente seguro e estável — Certifique-se de que suas necessidades básicas, como alimentação, moradia e cuidados de saúde, sejam atendidas. Além disso, estabeleça rotinas consistentes e previsíveis, pois isso pode ajudar a trazer uma sensação de segurança e estabilidade.
Busque apoio profissional — Considere a busca por apoio de profissionais especializados, como psicólogos ou psiquiatras que podem ajudá-lo a lidar com o trauma, processar suas emoções e desenvolver estratégias de enfrentamento saudáveis.
Estimule a criatividade — Incentive-os a expressarem suas emoções e pensamentos por meio de atividades criativas, como desenho, pintura, escrita ou música. Isso pode ajudar a processar o trauma de maneira saudável.
Esteja disponível e seja um modelo positivo — Esteja presente na vida dos órfãos e mostre que você está disponível para apoiá-los. Seja um modelo positivo, demonstrando resiliência, empatia e compaixão.
Mostre-lhes que é possível superar adversidades e construir uma vida significativa, mesmo após uma perda tão dolorosa.

Foto: Juliana Geronzi, psicóloga e neuropediatra pelo Instituto de Psicologia Aplicada e Formação de Portugal (IPAF)

que vai preso ou comete suicídio, são muito grandes na vida dessas crianças e desses adolescentes. “Por isso, é fundamental que as políticas públicas de acolhimento funcionem de forma integrada, com acompanhamento permanente para garantir a subsistência dos órfãos do feminicídio, mas precisa vir acompanhado de outros suportes”, acrescenta. Dayse Anselmo, presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), concorda com o discurso do colega de plenário. Para a deputada, quando uma mulher é morta, a sequência fica para a família. “A vida dela acabou e, muitas vezes, a vida da família inteira acaba também. Então, a questão dos órfãos precisa ser vista. Temos que pensar na sequência da família”, observa. “Os órfãos precisam ter o acolhimento na questão financeira, mas a gente precisa também ver com mais transversalidade. Como vamos acolher? Como vamos reintegrar? Como vamos tratar psicologicamente?

lugar luz no problema de forma positiva e, indiretamente, tentar mudar comportamentos”, justifica o advogado.

“Apoiamos e acompanhamos projetos que sejam encaminhados com a finalidade de proteção da infância e da juventude. A nossa comissão se coloca à disposição dessas vítimas e seus tutores, para o devido andamento jurídico, gratuito e humanizado, com o intuito de minimizar de alguma forma os efeitos dessa tragédia social”, complementa Bicca, ressaltando que, na próxima quarta-feira, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Juventude vai se reunir para tratar sobre os órfãos do feminicídio no DF.

Desamparados

A advogada Cristina Tulinio, presidente da Comissão de Combate à Violência Doméstica e Familiar da OAB-DF, ressalta que, no caso de algumas legislações que tratam sobre o tema, falta ainda a regulamentação, especialmente no âmbito distrital. “Até o momento, aqui no DF, não há regulamentação da legislação que existe, o que significa que essas crianças e adolescentes vítimas de feminicídio continuam desamparados desde 2015”, lamenta. “Isso é muito grave, porque as sequelas e as consequências que essas crianças e adolescentes têm são extensas. Vão desde o abandono escolar até a marca psicológica, emocional, transtornos comportamentais. Elas carregam as marcas dessa violência, como também carregam as consequências de uma violência transgeracional”, avalia a advogada.

Cristina Tulinio ressalta o trabalho da força-tarefa do feminicídio, por parte do GDE, porém, afirma que isso precisa ser regulamentado. “O que se tem com certeza é que está sendo feito um mapeamento, pela Secretaria de Segurança Pública, dessas crianças e adolescentes para que, num segundo momento, seja feito seu acompanhamento”, comenta. “A OAB vai acompanhar de perto como está sendo feita a atuação da rede de proteção. Porque, até o momento, não temos medidas concretas e, de fato, são pessoas vulneráveis, não apenas por serem crianças e adolescentes em desenvolvimento, mas por estarem nessa situação de maior necessidade, em razão das violências que presenciaram e também sofreram”, pontua.

Traumas

Para a psicóloga e neuropsicóloga do Instituto de Psicologia Aplicada e Formação de Portugal (IPAF) Juliana Gebriun, a perda de uma mãe de maneira trágica e violenta pode ter um impacto profundo na vida de uma criança ou adolescente. “Essa experiência traumática pode afetar diversos aspectos do desenvolvimento emocional, social e psicológico do indivíduo”, destaca. “Para os mais jovens, a perda da figura materna pode resultar em sentimentos de abandono, confusão e desamparo. A ausência da mãe pode gerar dificuldades no estabelecimento de vínculos afetivos saudáveis, bem como na construção da identidade e autoestima”, ressalta a especialista.

Por isso, a neuropsicóloga destaca que é fundamental que crianças e adolescentes que passam por essa situação recebam apoio psicológico adequado. “O acompanhamento profissional pode ajudar a lidar com o luto, processar as emoções, desenvolver estratégias de enfrentamento saudáveis e reconstruir a vida após a perda”, aponta. “É importante ressaltar que cada indivíduo reage de maneira única diante de uma perda tão traumática. Portanto, é essencial que o suporte seja personalizado e adaptado às necessidades específicas de cada criança ou adolescente”, comenta a especialista.

Para Bicca, também é dever do Estado colocar as crianças e adolescentes em risco de toda forma de negligência, violência e crueldade. “Vale ressaltar que tais políticas públicas não apenas beneficiam essas famílias, mas servem para

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Cidades + Política e Economia do DF Pagina: 13